

# Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.039,00 para 2020

Em abril, quando enviou o projeto de LDO, a equipe do presidente Jair Bolsonaro estimava um salário mínimo de R\$ 1.040,00. A redução de R\$ 1 se deve a uma expectativa menor de inflação

## REMUNERAÇÃO

**Bernardo Caram e Thiago Resende**

FOLHAPRESS

O governo revisou para R\$ 1.039,00, a projeção para o valor do salário mínimo em 2020.

Em abril, quando enviou o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a equipe do presidente Jair Bolsonaro estimava um salário mínimo de R\$ 1.040,00. A redução de R\$ 1 se deve a uma expectativa menor de inflação.

Para 2020, o governo espera uma inflação de 4,02%, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). No projeto de LDO, a estimativa era de 4,19%.

Isso provocou a ligeira revisão na estimativa de salário mínimo. Ainda assim, é a primeira vez que o piso salarial ultrapassa a barreira

de R\$ 1.000. Atualmente, o salário mínimo é de R\$ 998.

Bolsonaro prevê um salário mínimo corrigido em 2020 apenas pela inflação. Na prática, o governo interrompe uma política pública que permitiu 25 anos de ganhos reais aos trabalhadores. Ou seja, com aumentos que consideravam a inflação mais o crescimento da economia.

O ganho real do salário mínimo foi implementado informalmente em 1994, por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), logo após a adoção do Plano Real. As gestões petistas oficializaram a medida.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estabeleceu a fórmula de reajuste pela inflação medida pelo INPC mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Dilma Rousseff (PT) transformou a regra em lei.

Michel Temer (MDB), que governou durante a recessão, não mudou a legislação.

| Parâmetros                   | Avaliação<br>1º Bimestre<br>2019 | 2020    | 2021    |
|------------------------------|----------------------------------|---------|---------|
| PIB Real (%)                 | 2,2                              | 2,7     | 2,6     |
| PIB Nominal (R\$ bilhões)    | 7.311,1                          | 7.875,7 | 8.161,7 |
| INPC acum. (%)               | 3,8                              | 4,0     | 3,7     |
| INPC acumulado (%)           | 4,0                              | 4,0     | 3,8     |
| IGM-DI acum. (%)             | 3,3                              | 4,0     | 4,0     |
| Taxa Over - SELIC Média      | 5,6                              | 7,5     | 8,0     |
| Taxa de Câmbio Média         | 3,7                              | 3,7     | 3,8     |
| Preço Médio do Petróleo      | 65,4                             | 64,4    | 62,6    |
| Valor do Salário Mínimo      | 998,0                            | 1.040,0 | 1.082,0 |
| Massa Salarial Nominal       | 5,1                              | 6,0     | 7,0     |
| Fonte: SPC Brasil e FGV      |                                  |         |         |
| Elaboração: SPC Brasil e FGV |                                  |         |         |

**Waldery Rodrigues** diz que a fórmula de correção do salário mínimo ainda não está definida

FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

Até o fim deste ano, o governo apresentará um projeto de lei definindo qual será a nova política de reajuste.

O secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, fez questão de ressaltar que a fórmula de correção do salário mínimo ainda não está definida,

apesar da previsão de aumento apenas pela inflação em 2020.

“Esse número não é a nossa política de salário mínimo. Temos até dezembro deste ano para estabelecer a política de salário mínimo”, disse, durante a apresentação do Orçamento do próximo ano.

Cabe ao Congresso

aprovar o projeto que prevê as receitas e despesas de 2020. Os parlamentares, portanto, podem fazer alterações no valor do salário mínimo. Isso, contudo, tem impacto nas contas públicas.

Em abril, o governo projetou um salário mínimo de R\$ 1.082,0 em 2021, e de R\$ 1.123,0, para 2022.

# Orçamento pode travar máquina pública em 2020

## GOVERNANÇA

**Bernardo Caram e Thiago Resende**

FOLHAPRESS

O primeiro orçamento anual elaborado pela gestão Jair Bolsonaro pode levar à paralisação da máquina pública em 2020. Pela proposta enviada ao Congresso nesta sexta-feira (30), as despesas com custeio e investimentos no ano que vem devem ficar no patamar mínimo histórico.

Em 2020, o governo estima que terá R\$ 89,2 bilhões para as chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes.

## RECURSOS

Membros da equipe econômica avaliam que são necessários pelo menos R\$ 100 bilhões ao ano nessa conta para que a máquina pública opere no limite, sem risco de apagão dos serviços.

Em 2019, por exemplo, o governo iniciou o ano com autorização para gastar R\$ 129 bilhões com essas despesas não obrigatórias. O fraco desempenho da economia e a frustração nas receitas, porém, levaram a cortes nas verbas de ministérios, levando essa cifra a R\$ 97,6 bilhões.

Com esse valor, a gestão pública já começou a ser afetada. Treinamentos, viagens e grupos de investigação da Polícia Federal sofreram restrições. Bolsas de estudos foram cortadas pelo CNPq (Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agência federal de fomento à pesquisa). Para economizar despesas, o Exército autorizou corte de expediente de trabalho.

## CORTES

Do total de R\$ 89,2 bilhões de gastos que podem ser cortados em 2020, R\$ 69,8 bilhões são de custeio e R\$ 19,4 bilhões de investimento. Enquanto as despesas discricionárias recuam, os gastos obrigatórios da União não param de subir desde 2014.

A previsão é quem, em 2020, essas despesas, que incluem aposentadorias e salários, alcancem 94% do total do Orçamento.

Quando a peça orçamentária de 2019 foi apresentada, a proporção estava em

93%. Após bloqueios no Orçamento dos ministérios, alcançou 94% já neste ano.

Para tentar controlar o avanço dos gastos obrigatórios, o governo quer aprovar a reforma da Previdência ainda este ano. O efeito da medida, contudo, é maior no longo prazo.

Embora a reforma nas regras da aposentadoria ainda não tenha sido aprovada pelo Senado, a peça Orçamentária apresentada nesta sexta já considera os efeitos do texto que passou na Câmara.

## MILITARES

Também foram considerados os efeitos do texto na conta a reforma dos militares, que ainda está em fase inicial de tramitação. Para calcular o Orçamento de 2020, o governo previu um

crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2,17%. Quando enviou, em abril, o projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020, o ministro Paulo Guedes (Economia) previa uma alta de 2,7%.



**Polícia Federal pode paralisar**

FOTO: MARCELO CAMARGO / ARQUIVO / AGÊNCIA BRASIL

# Governo ficará nas mãos do Congresso

## DESPESAS

**Bernardo Caram e Thiago Resende**

FOLHAPRESS

Pelo segundo ano consecutivo, o governo ficará nas mãos do Congresso para poder pagar aposentadorias, salários e Bolsa Família mesmo depois que conseguir aprovar o Orçamento de 2020.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) divulgou nesta sexta-feira (30) que precisará de autorização dos parlamentares para se endividar e usar os recursos no pagamento de despesas comuns. O montante a ser obtido por meio de títulos públicos é projetado em R\$ 367 bilhões, de um Orçamento total de R\$ 1,4 trilhão.

Portanto, além de aprovar a proposta de Orçamento de 2020 até o fim do ano, o presidente Jair Bolsonaro

dependerá do apoio do Congresso para não ficar sem dinheiro para aposentadorias e programas do governo.

Sem o aval do Legislativo, o Executivo descumprirá a chamada regra de ouro.

Essa norma impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

É a segunda vez que depende de aprovação desse um crédito extra, reflexo da crise nas contas públicas.

Em 2019, Guedes pediu ao Congresso para que houvesse uma exceção à regra de ouro, e os parlamentares autorizaram que R\$ 248 bilhões fossem obtidos com a emissão de títulos e usados em transferências assistenciais, aposentadoria e Bolsa Família.

Para 2020, a equipe econômica estima um valor ainda maior: R\$ 367 bilhões.

Mas, segundo o secretário

especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, o montante final poderá ser inferior ao projetado no Orçamento.

Isso porque há receitas financeiras, como o lucro do Banco Central, que poderão ser usadas, em 2020, para despesas correntes e abatidas no valor de R\$ 367 bilhões.

O Ministério da Economia informou que há recursos para todas as despesas até junho ou julho. Mas, a partir daí, os recursos dependentes do crédito extra passam a ser fundamentais. “Temos uma segurança de o processo de Orçamento seguir em trâmite normal e iremos dialogar com o Congresso para a aprovação desse crédito complementar.”

Sem a autorização do Congresso, o governo não poderá se endividar para bancar parte das aposentadorias no ano.

O gasto estimado com benefícios previdenciários, o

que inclui também auxílios em caso de doença, por exemplo, é de R\$ 682,7 bilhões no próximo ano.

Desse total, R\$ 156,6 bilhões são dependentes do aval dos parlamentares para que o governo busque recursos em títulos públicos.

Despesas com pessoal, Bolsa Família, subsídios, seguro-desemprego, fundo de educação básica e até o financiamento de campanha eleitoral estão condicionados à aprovação do Congresso. Vincular o crédito extra a gastos de cunho social foi uma estratégia adotada no Orçamento de 2019. Assim, a resistência dos parlamentares à medida cai.

O Legislativo autorizou o governo a descumprir a regra de ouro em 2019 quando faltavam poucos dias para começar a faltar dinheiro para o BPC, benefício assistencial pago a idosos carentes e deficientes.

## Governo vai reduzir em 20% contribuição para Sistema S

## ACORDO

FOLHAPRESS

O Ministério da Economia fechou um acordo com entidades do chamado Sistema S que visa reduzir em 20% a contribuição das empresas para essas instituições.

A medida fará parte da proposta de reforma tributária do governo federal e representará uma desoneração da folha de pagamento estimada em R\$ 4,5 bilhões por ano.

Não haverá aumento de outros tributos para compensar a desoneração, que ajudará a reduzir a carga tributária paga pelos empregadores sobre os salários dos seus funcionários.

A desoneração da folha é uma das bandeiras do Ministério da Economia dentro da reforma tributária e é usada como argumento para a criação de uma nova CPMF.

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do ministério, Carlos da Costa, anunciou o acordo nesta sexta-feira (30), após reunião com representantes das entidades.

A proposta é que essa desoneração ocorra gradativamente, em um período de dois e quatro anos, depois de aprovada a reforma tributária.

Embora essa resolução já tenha sido acertada com as entidades, o plano ainda precisa ser ratificado nas diferentes esferas de governo, nos conselhos das confederações e em cada sistema, afirmou o secretário.

Além dessa desoneração, o governo também fechou com as entidades do Sistema S um acordo para que outros 20% dessa arrecadação sejam destinados à capacitação de trabalhadores.

## AVISOS, ATAS E EDITAIS

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Sandra Silva de Oliveira da Silva Oficial Registradora do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Marituba/PA, na forma do Art. 26, §4º da Lei 9.514/1997, bem como o requerimento de (a) credor (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A que, inscrita no CNPJ nº 07.075.123/000259, garantido por alienação fiduciária, firmado em 25/11/2015, (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, registrado na Matrícula 37.060, referente ao Imóvel Urbano, denominado Lote 10, Quadra 326, situado à Rua K3, do Loteamento Residencial Cidade Jardim VI, neste Município, Comarca de Parauapebas/PA, onde deverá efetuar a purgação do débito, sujeito à atualização monetária, juros de mora e demais encargos que se vencerem no prazo desta intimação, até a data do efetivo pagamento, além das despesas de cobrança, F.C.A. (M) também certificado (a) (a) de que o não cumprimento das obrigações acima no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade imóvel em favor do (a) credor (a) fiduciário (a) (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, nos termos do Art. 26, §7º, da Lei 9.514/97, inicialmente autuada. Este EDITAL, será publicado por 3 (três) vezes consecutivas em jornal de circulação no Estado. Dado e passado nesta Cidade de Parauapebas/PA, no 1º Ofício DE REGISTRO DE IMÓVEIS, aos 23 de agosto de 2019. Protocolo 38.596. O Oficial Substituto Antônio Thúlio Souza Bessa.

Sandra Silva de Oliveira da Silva  
Oficial Registradora

**1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PARAUAPEBAS.**

André Williams Formiga da Silva / Oficial Titular.

**Antônio Thúlio Souza Bessa / Oficial Substituto.**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO** Antônio Thúlio Souza Bessa, Oficial Substituto do 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PARAUAPEBAS/PA, na forma da Lei, tec. FAZ SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 9.515/1997, e a requerimento do (a) credor (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A que, inscrita no CNPJ nº 07.075.123/000259, garantido por alienação fiduciária, firmado em 25/11/2015, (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, registrado na Matrícula 37.060, referente ao Imóvel Urbano, denominado Lote 10, Quadra 326, situado à Rua K3, do Loteamento Residencial Cidade Jardim VI, neste Município, Comarca de Parauapebas/PA, onde deverá efetuar a purgação do débito, sujeito à atualização monetária, juros de mora e demais encargos que se vencerem no prazo desta intimação, até a data do efetivo pagamento, além das despesas de cobrança, F.C.A. (M) também certificado (a) (a) de que o não cumprimento das obrigações acima no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade imóvel em favor do (a) credor (a) fiduciário (a) (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, nos termos do Art. 26, §7º, da Lei 9.514/97, inicialmente autuada. Este EDITAL, será publicado por 3 (três) vezes consecutivas em jornal de circulação no Estado. Dado e passado nesta Cidade de Parauapebas/PA, no 1º Ofício DE REGISTRO DE IMÓVEIS, aos 23 de agosto de 2019. Protocolo 38.596. O Oficial Substituto Antônio Thúlio Souza Bessa.

**VIP LEILÕES DE VEÍCULOS**

**SETEMBRO 2019** 10:00 - Presencial/Online Exatline Oficial

**ALCA VIARIA, KM 01, CENTRO - MARITUBA/PA**

**03 04 09 13 14**

Os Editais completos dos leilões, inclusive com a lista discriminada de todos os lotes, em cumprimento ao decreto 21.981/02, encontra-se disponível no endereço [www.vipleiloes.com.br](http://www.vipleiloes.com.br) e para mais informações ligue: 4003-0024.

**MPF** Ministério Público Federal  
**Procuradoria da República no Amapá**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 5/2019**  
**Processo nº 1.12.000.000273/2019-04**

A Procuradoria da República no Estado do Amapá, por meio de sua Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, torna público, para conhecimento dos interessados que será realizada às 9h do dia 11 de setembro de 2019, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), a sessão pública do pregão supramencionado para contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços de vigilância armada, nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Amapá. A cópia do edital poderá ser obtida no endereço eletrônico acima mencionado ou por meio do link <http://www.mpf.br/ap/transparencia/licitacoes>.

**Macapá-AP, 27 de agosto de 2019**  
**IACY FURTADO GONCALVES**  
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas

## DESPESAS

### Bernardo Caram e Thiago Resende

FOLHAPRESS

Pelo segundo ano consecutivo, o governo ficará nas mãos do Congresso para poder pagar aposentadorias, salários e Bolsa Família mesmo depois que conseguir aprovar o Orçamento de 2020.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) divulgou nesta sexta-feira (30) que precisará de autorização dos parlamentares para se endividar e usar os recursos no pagamento de despesas comuns. O montante a ser obtido por meio de títulos públicos é projetado em R\$ 367 bilhões, de um Orçamento total de R\$ 1,4 trilhão.

Portanto, além de aprovar a proposta de Orçamento de 2020 até o fim do ano, o presidente Jair Bolsonaro

dependerá do apoio do Congresso para não ficar sem dinheiro para aposentadorias e programas do governo.

Sem o aval do Legislativo, o Executivo descumprirá a chamada regra de ouro.

Essa norma impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

É a segunda vez que depende de aprovação desse um crédito extra, reflexo da crise nas contas públicas.

Em 2019, Guedes pediu ao Congresso para que houvesse uma exceção à regra de ouro, e os parlamentares autorizaram que R\$ 248 bilhões fossem obtidos com a emissão de títulos e usados em transferências assistenciais, aposentadoria e Bolsa Família.

Para 2020, a equipe econômica estima um valor ainda maior: R\$ 367 bilhões.

Mas, segundo o secretário

especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, o montante final poderá ser inferior ao projetado no Orçamento.

Isso porque há receitas financeiras, como o lucro do Banco Central, que poderão ser usadas, em 2020, para despesas correntes e abatidas no valor de R\$ 367 bilhões.

O Ministério da Economia informou que há recursos para todas as despesas até junho ou julho. Mas, a partir daí, os recursos dependentes do crédito extra passam a ser fundamentais. “Temos uma segurança de o processo de Orçamento seguir em trâmite normal e iremos dialogar com o Congresso para a aprovação desse crédito suplementar.”

Sem a autorização do Congresso, o governo não poderá se endividar para bancar parte das aposentadorias no ano.

O gasto estimado com benefícios previdenciários, o

que inclui também auxílios em caso de doença, por exemplo, é de R\$ 682,7 bilhões no próximo ano.

Desse total, R\$ 156,6 bilhões são dependentes do aval dos parlamentares para que o governo busque recursos em títulos públicos.

Despesas com pessoal, Bolsa Família, subsídios, seguro-desemprego, fundo de educação básica e até o financiamento de campanha eleitoral estão condicionados à aprovação do Congresso. Vincular o crédito extra a gastos de cunho social foi uma estratégia adotada no Orçamento de 2019. Assim, a resistência dos parlamentares à medida cai.

O Legislativo autorizou o governo a descumprir a regra de ouro em 2019 quando faltavam poucos dias para começar a faltar dinheiro para o BPC, benefício assistencial pago a idosos carentes e deficientes.

CPF nº 736.949.162-53, à comparecer a este Cartório de Registro de Imóveis, situado na Rua C, nº 411 Bairro Cidade Nova, Parauapebas/PA, ou na própria agência do Banco Credor, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da terceira publicação do presente, para fins de cumprimento das obrigações contratuais, relativas Instrumento Particular de Venda e Compra e Constituição de Alienação Fiduciária, nº 073751230000259, garantido por alienação fiduciária, firmado em 25/11/2013 o (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, registrado na Matrícula 37.060, referente ao Imóvel Urbano, denominado Lote 10, Quadra 326, situado a Rua K3, do Loteamento Residencial Cidade Jardim VI, neste Município, Comarca de Parauapebas/PA, onde deverá efetuar a purgação do débito, sujeito à atualização monetária, juros de mora e demais encargos que se vencerem no prazo desta intimação, até a data do efetivo pagamento, além das despesas de cobrança. FICA (M) também cientificado (a) (s) de que o não cumprimento das obrigações acima no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade imóvel em favor do (a) credor (a) fiduciário (a) o (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, nos termos do Art. 26, § 7º, da Lei 9.514/97, inicialmente aludida. Este EDITAL será publicado por 3 (três) vezes consecutivas em jornal de circulação no Estado. Dado e passado nesta Cidade de Parauapebas/PA, no 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, aos 23 de agosto de 2019. Protocolo 38.596. O Oficial Substituto Antônio Thúlio Souza Bessa.

**VIP Leilões** **LEILÕES DE VEÍCULOS**  
SETEMBRO - 2019 + 10:00 - Presencial/Online *Eveline Costa*  
Leiloeiro Oficial  
ALCA VIARIA, KM 01, CENTRO - MARITUBA/PA  
03 04 09 13 14  
Os Editais completos dos leilões, inclusive com a lista discriminada de todos os lotes, em cumprimento ao decreto 21.981/32, encontra-se disponível no endereço [www.vipleiloes.com.br](http://www.vipleiloes.com.br) e para mais informações ligue: 4003-0024.

**MPF** Procuradoria da República no Amapá  
Ministério Público Federal  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico nº 5/2019  
Processo nº 1.12.000.000273/2019-04  
A Procuradoria da República no Estado do Amapá, por meio de sua Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, torna público, para conhecimento dos interessados que será realizada às 9h do dia 11 de setembro de 2019, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), a sessão pública do pregão supramencionado para contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços de vigilância armada, nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Amapá. A cópia do edital poderá ser obtida no endereço eletrônico acima mencionado ou por meio do link <http://www.mpf.mp.br/ap/transparencia/licitacoes>.  
Macapá-AP, 27 de agosto de 2019  
IACY FURTADO GONÇALVES  
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas